



MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE, REALIZADA NO DIA 9 DE NOVEMBRO DE 2017.

Nº. 25/2017

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: António José Rosa de Brito, na sua qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, e Francisco José Caldeira Duarte, David Manuel Pego Merritt Marques, António João Fernandes Colaço e Alda Maria de Jesus Cabral Mestre na sua qualidade de Vereadores.

Dada a existência de quórum foi, pelo Sr. Presidente, declarada aberta a reunião pelas 21,05 horas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto este pondo da ordem de trabalhos, Sr. Vereador Francisco Duarte, a propósito do estabelecido período de atendimento aos munícipes, lembrou que durante todos os anos da gestão da CDU não foi fixado qualquer horário para esse mesmo atendimento uma vez que o mesmo estava sempre disponível .

O Sr. Presidente da Câmara afirmou que, para além do agora estabelecido, haverá sempre a possibilidade de se fazer um atendimento continuado, contudo a ideia é no sentido de estabelecer um “canal” de comunicação mais sistemático com os munícipes.

Em seguida, o Sr. Presidente da Câmara informou que participou na reunião do Conselho Intermunicipal da CIMBAL onde foi eleito o Presidente e os dois Vice-presidentes, respetivamente os Presidentes da Câmara Municipal de Mértola, Jorge Rosa, e os presidentes das Câmaras Municipais de Beja, Paulo Arsénio, e de Serpa, Tomé Pires.

Apresentou em seguida o Sr. Vereador Francisco Duarte a seguinte proposta de moção, subscrita igualmente pelo Sr. Vereador António João Colaço:

“MOÇÃO

Exigimos a urgente resolução da ligação ferroviária de Beja /Lisboa

Considerando que a ferrovia é importantíssima para o desenvolvimento económico da nossa região, como meio de transporte de passageiros, para o trabalho, negócios, o lazer ou turismo, e também enquanto do transporte de mercadorias.

Considerando que o transporte ferroviário é mais cómodo, causa menos impactos ambientais, o tempo de viagem entre Beja e Lisboa tem uma duração menor que o transporte rodoviário - cerca de 2h10m -, beneficia uma importante capital de Distrito e diretamente a população servida pelas estações de Beja, Cuba, Alvito e Vila Nova da Baronia, que diariamente o utilizam para as suas deslocações para o trabalho, para a escola ou para tratar de quaisquer outros assuntos.

Considerando que desde há muito tempo as populações, as autarquias locais e todos os agentes de desenvolvimento da região reivindicam a eletrificação de linha entre Beja e Casa Branca, a melhoria dos comboios e a reposição dos serviços retirados, até ao presente não obtiveram qualquer resposta e nos recentes anunciados investimentos para a ferrovia nacional não consta qualquer verba para estas obras.

Considerando que desde há cerca de duas semanas o serviço tem vindo a piorar, alguns horários das automotoras entre Beja e Casa Branca têm sido suprimidos e substituídos por transporte em autocarro, acarretando por vezes inconcebíveis atrasos e incómodos aos utentes.

A Câmara Municipal de Castro Verde, reunida em sessão ordinária decide:

- 1- Rejeitar qualquer forma encapotada por parte do Governo do Partido Socialista de encerrar o troço da linha Beja – Casa Branca e exigir o compromisso público do não encerramento deste serviço, assim como a consignação, desde já, de verbas para a sua qualificação, nomeadamente através da eletrificação deste percurso, bem como o comprometimento quanto à calendarização e previsão das referidas melhorias.
- 1- Exigir que na ligação Beja - Casa Branca seja retomada a normalidade, desde já.
- 2- Em caso de ausência de resposta, ou de o governo confirmar a intenção de encerrar a linha, convocar as populações os empresários e as suas estruturas associativas para, em conjunto, se encontrarem formas de oposição a esta grave agressão ao desenvolvimento da região e ao bem-estar das suas populações.
- 3- Dar conhecimento à comunicação social, a todos os órgãos de soberania, às associações empresariais e à população.

Castro Verde, 7 de Novembro de 2017”

Apreciada a proposta de moção, o Sr. Presidente da Câmara informou que da parte do atual Governo há a intenção conjunta de resolver este problema que transitou do governo anterior do PSD/CDS, havendo a informação formal de que o Ministério das Infraestruturas determinou a aquisição de novos meios para superar este problema, sendo, por isso, inoportuno votar esta moção favoravelmente.

Submetida a proposta de moção à votação, foi a mesma rejeitada com os votos contra dos eleitos do Partido Socialista.

Em seguida apresentou o Sr. Vereador Francisco Duarte, a seguinte proposta de moção com o título “Exigimos que a Administração da Somincor mantenha as negociações com o Sindicato, sob pena da luta se agravar”, a qual é igualmente subscrita pelo Sr. Vereador António João Colaço:

“Moção

Exigimos que a Administração da Somincor mantenha as negociações com o Sindicato, sob pena da luta se agravar.

Considerando que os trabalhadores das Minas de Neves Corvo estão em luta pela segunda vez, num período de dois meses.

Considerando que as suas reivindicações são mais do que justas, nomeadamente o fim da laboração continua no fundo da mina e a antecipação da idade da reforma para todos os sectores de apoio à mina e lavarias uma vez que são serviços bastante penosos embora não se façam no fundo.

Considerando que o Sindicato espera ser chamado para negociação com os representantes da Administração.

A Câmara Municipal de Castro Verde, reunida em sessão ordinária em 9/11/2017, saúda os Mineiros e restantes trabalhadores das minas de Neves Corvo apoiando as suas legítimas reivindicações e apela ao bom senso das partes para retomarem as negociações no sentido de chegarem a entendimento.”

Submetida a proposta de moção à votação, foi a mesma aprovada por maioria com as abstenções dos eleitos do Partido Socialista.

Apresentou em seguida o Sr. Vereador Francisco Duarte os seguintes requerimentos, subscritos igualmente pelo Sr. Vereador António João Colaço, sobre a “Rede de Abastecimento Domiciliário de Água de Castro Verde” e sobre a “Requalificação da Escola Secundária de Castro Verde”.

“Assunto: Rede de Abastecimento Domiciliário de Água de Castro Verde

Nos termos legais, vêm os signatários, vereadores eleitos pela CDU na Câmara Municipal, requerer informação detalhada sobre

- a. Data da consignação da empreitada da “Remodelação Rede de Águas de Castro Verde - 2ª Fase” adjudicada à empresa NADRUCIVIL pelo valor de 103.384,20 €;
- b. Listagem das roturas verificadas na rede de abastecimento domiciliário de água de Castro Verde durante o mês de Outubro de 2017, respectivos tempos de reparação e ainda as “zonas” e tempos de interrupção do fornecimento.

Mais gostaríamos de ser informados do ponto da situação da construção do novo Reservatório Elevado de Castro Verde programado no plano de investimentos da AgdA e já acordado e aprovado pelo Município.

Antecipadamente gratos, apresentam os melhores cumprimentos”

“Assunto: Requalificação da Escola Secundária de Castro Verde

Os signatários, vereadores eleitos pela CDU na Câmara Municipal, tomaram conhecimento, através das redes sociais da realização, promovida pela Federação Distrital do Baixo Alentejo do Partido Socialista, de uma sessão de apresentação do Orçamento de Estado para 2018 com a presença do senhor Ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues,

A sessão realizou-se no Fórum Municipal de Castro Verde no passado dia 4 de Novembro e, na sua página de Facebook, António José Brito traça as suas conclusões: *“Final dos trabalhos com balanço extremamente positivo. Tarde de explicações e debate sobre o Orçamento de Estado em CASTRO VERDE com a presença de Tiago Brandão Rodrigues. Com casa cheia e muita confiança.”*

Na edição online do CORREO ALENTEJO é publicada uma notícia em 6/11/2017 titulada:

“Governo disponível para acordo sobre Secundária de Castro Verde

O Ministério da Educação mantém a disponibilidade para chegar a acordo com a Câmara de Castro Verde para a concretização das obras de requalificação na Escola Secundária local. A garantia foi deixada este sábado, 4, ao "CA" pelo próprio ministro da Educação, que esteve em Castro Verde, numa sessão de apresentação do Orçamento de Estado 2018.

À margem da sessão, Tiago Brandão Rodrigues explicou que o seu ministério "continua disponível" para fazer o que foi feito no resto do país, faltando apenas que a Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (CIMBAL) assine o pacto com a Comissão Europeia onde consta o mapeamento das obras a fazer na área da Educação passíveis de apoio comunitário. Um acordo que o anterior executivo da Câmara de Castro Verde, de maioria CDU, não aceitou.”

Concluimos destas afirmações que, no mínimo, a informação não circula entre o Senhor Ministro e a sua Secretária de Estado da Educação, Drª Alexandra Leitão e que a proposta apresentada pela CM em Janeiro de 2017 continua a não merecer qualquer comentário.

Recordamos que a Câmara Municipal apresentou uma proposta sobre esta matéria à senhora Secretária de Estado da Educação em Janeiro de 2017 e teve oportunidade de a explicitar em reunião realizada em 21 de Março de 2017 com a presença dos senhores assessores Dr. Hugo Sobreira e Dr. Tiago Saleiro.

Na sequência desta reunião a Secretaria de Estado da Educação ficou de remeter as conclusões da reunião e as bases consensuais para avançar com o processo. Até ao dia em que deixamos funções, apesar das muitas recordatórias e insistências, não obtivemos qualquer resposta.

Questionamos o senhor presidente se já foi receptor da posição concreta do Ministério da Educação sobre a proposta da Câmara Municipal e, já agora, se já teve oportunidade de a analisar em pormenor. (Parece-nos que, tendo em conta a posição expressa no artigo acima mencionado, não terá sido o caso e o “autismo” manifestado enquanto vereador se mantém na qualidade de presidente, o que se revela muito mais grave).

Antecipadamente gratos, apresentamos os melhores cumprimentos.”

O Sr. Presidente da Câmara tomou a devida nota dos pedidos e informou que oportunamente lhe dava a respetiva resposta.

ORDEM DO DIA

- **Aprovação da ata da reunião anterior:**

Atendendo a que foi distribuída, previamente, a todos os presentes, cópia da ata da reunião anterior, foi dispensada a sua leitura, pelo que o Sr. Presidente colocou-a à consideração dos restantes membros e, não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-a a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade e nominalmente.

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

- **Expediente:**

Tomou a Câmara conhecimento do seguinte expediente recebido:

- Ofício do Gabinete do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas dando conhecimento da resposta dada ao Grupo Parlamentar os Verdes sobre as obras de requalificação do IP2 no concelho de Castro Verde.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1. Mapa centralizador da receita e despesa:

Tomou a Câmara conhecimento do Mapa Centralizador de Receita e Despesa, referente ao período de 1 de Janeiro a 31 de Outubro de 2017, o qual apresenta os seguintes saldos:

- Operações orçamentais:

Saldo do ano de 2016	613.533,64 €
Receitas cobradas	7.421.398,03 €
Soma	8.034.931,67 €
Despesas realizadas	7.617.309,36 €
Saldo em 31.10.2017	417.622,31 €

- Operações de Tesouraria:

Saldo do ano de 2016	222.188,32 €
Op. Extra - Orçamentais – Entradas	613.669,71 €
Soma	835.858,03 €
Op. Extra. Orçamentais – Saídas	588.946,42 €
Saldo em 31.10.2017	246.911,61 €

- Disponibilidades

Caixa	26.367,37 €
Fundos de Maneio	2.500,00 €
Instituições Bancárias	635.666,55 €
Total das disponibilidades em 31.10.2017	664.533,92 €
Documentos	20.263,92 €
Total de movimentos de tesouraria em 31.10.2017	684.797,31 €

- Total dos encargos de curto e médio prazo assumidos e não pagos respeitantes a fornecimentos, empreitadas e diversas prestações de serviços em 31 de Outubro de 2017: 640.374,65 €.

Tomou a Câmara Municipal igualmente conhecimento do resumo diário de tesouraria à data de 31 de Outubro findo, assim como do balancete acumulado (razão) referente ao mês de Outubro.

2.- 7ª. alteração ao Orçamento e Opções do Plano – 2017:

Apreciou a Câmara e aprovou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João Colaço, a 7ª.alteração a efetuar ao Orçamento e Opções do Plano, apresentada pelo Sr. Presidente, cujos documentos se anexam à presente ata, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritos.

Justificou o Sr. Vereador Francisco Duarte a abstenção dos eleitos da CDU não por estarem contra a realização da alteração orçamental proposta mais sim tendo em conta a responsabilidade da gestão municipal.

3. - Lançamento de derrama sobre a coleta do IRC para 2018.

Submeteu o Senhor Presidente à apreciação da Câmara a seguinte proposta:

“Tendo por base a informação nº. 700 do Coordenador Técnico da Subunidade, Secção Financeira e Património, da Unidade Orgânica, Divisão de Administração e Finanças, datada de 19 de Outubro do corrente ano, sobre o lançamento da derrama sobre o IRC das empresas para 2018 no concelho de Castro Verde;

Considerando que nos termos do disposto no artigo 18º/1 e 4 da Lei nº.73/2013, de 3 de setembro, o Regime Financeiro das Autarquias Locais, proponho a este Órgão Executivo, que seja lançada para o ano de 2018 uma derrama à taxa de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, para as empresas com um volume de negócios igual ou superior a 150.000 €, e a criação de uma taxa de derrama, diferenciada, de 0% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, para as empresas com um volume de negócios inferior a 150.000 €.

Assim, face ao exposto, proponho a este Órgão, que ao abrigo do disposto no mencionado artigo submeta a presente decisão à Assembleia Municipal para que esta possa fixar a mesma, no uso da competência que lhe é conferida segundo o disposto no art.º 25º/1 à Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro.”

Apreciada a proposta, submeteu-a o Senhor Presidente a votação, nominalmente, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.

4- Fixação da taxa de participação do IRS para 2018:

Submeteu o Senhor Presidente à apreciação da Câmara a seguinte proposta:

“Considerando o teor da informação registada sob o nº. 702, do Coordenador Técnico da Subunidade, Secção Financeira e Património, da Unidade Orgânica, Divisão de Administração e Finanças, datada de 19 de Outubro do corrente ano, sobre a participação variável no IRS para 2018 dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Castro Verde;

Considerando que nos termos do disposto no art.º 25º/1-c) da Lei nº. 73/2013, de 3 de setembro, Regime Financeiro das Autarquias Locais, a repartição de recursos públicos entre o Estado e os Municípios é de 5% do IRS, determinada nos termos do art.º 26º do mencionado Regime, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no nº.1 do art.º 78º do Código do IRS;

Assim, face ao exposto, proponho a este Órgão, que ao abrigo do disposto nos mencionados artigos a participação sobre a percentagem de IRS seja de 4,5% e se submeta a presente decisão à Assembleia Municipal para que este Órgão possa fixar a mesma, no uso da competência que lhe é conferida segundo o disposto no art.º 25º/1-e), do anexo I à Lei nº.75/2013, de 12 de setembro.”

Apreciada a proposta, submeteu-a o Sr Presidente a votação, nominalmente, tendo a mesma sido aprovada, por maioria com os votos contra dos Senhores Vereadores Francisco Duarte e António João Colaço, que justificaram a sua posição com a seguinte declaração de voto

“Participação variável no IRS para 2018

Os vereadores da CDU na Câmara Municipal de Castro Verde vão votar **“CONTRA”** a proposta do senhor presidente da Câmara em coerência com a posição que ao longo dos anos a CDU tem defendido sobre esta matéria. Com efeito:

1. O desagravamento da carga fiscal, em particular sobre os rendimentos do trabalho, é uma necessidade reconhecida e particularmente exigida pela CDU.

Mas não faz qualquer sentido que, quanto a este imposto em concreto, o desagravamento da carga fiscal se faça desigualmente, de concelho para concelho, ao sabor das necessidades financeiras de cada município, da vontade política dos seus órgãos ou de meras opções demagógicas.

Muito menos sentido faz que este desagravamento seja concretizado à custa dos municípios, pela redução, ainda que «voluntária», da participação nos recursos públicos a que constitucionalmente têm direito.

2. O «benefício» fiscal que resultaria do facto de os municípios abdicarem da participação no IRS, no todo ou em parte, é:
 - Socialmente injusto por reduzir a carga fiscal a quem tem mais rendimentos, ou seja tanto mais quanto maiores forem os rendimentos;
 - De montante ridículo para cada um dos beneficiários, mesmo para os de mais altos rendimentos, e nulo ou quase nulo para a generalidade da população;
 - Significativo, quando acumulado, podendo contribuir para diminuir a capacidade de realização dos municípios e, conseqüentemente, degradar os níveis ou a qualidade do atendimento aos cidadãos ou, em alternativa, pressionar no sentido da busca de receitas alternativas em outros impostos, taxas, tarifas ou preços.

Por fim chamamos a atenção para o facto dos vereadores do Partido Socialista, enquanto oposição em mandatos anteriores, terem sempre apresentado propostas de participação no IRS de 2% e agora virem apresentar uma proposta de 4,5%. Mudam-se os tempos...

Castro Verde, 9 de Novembro de 2017

Os Vereadores eleitos pela CDU Francisco Duarte e António João Colaço”

5. -Fixação das taxas do IMI para 2018:

Apreciou a Câmara, a seguinte proposta apresentada pelo Senhor Presidente:

“Considerando o teor da informação registada sob o nº. 701, do Coordenador Técnico da Subunidade, Secção Financeira e Património, da Unidade Orgânica, Divisão de Administração e Finanças, datada de 19 de Outubro do corrente ano, sobre a taxa do IMI a aplicar para o ano de 2018, no concelho de Castro Verde;

Considerando que nos termos do disposto no art.º 112º/5, conjugado com o nº.1 do mesmo artigo do Código do IMI, aprovado pelo Decreto-Lei nº.287/2003, de 12 de novembro, as taxas a aplicar para os prédios urbanos podem variar entre 03/prct e 0,45/prct.

Considerar a possibilidade de uma majoração em 30'/prct à taxa aplicável aos prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não

satisfaçam a sua função ou façam perigar a segurança das pessoas e bens. cf admite o nº.8 do mencionado artigo;

Assim, face ao exposto, proponho a este Órgão Executivo que, ao abrigo do disposto no mencionado artigo e números que a taxa a aplicar para o ano de 2018 seja de 0,3/prct, e submeta a presente decisão à Assembleia Municipal para que este órgão possa fixar a mesma, no uso da competência que lhe é conferida segundo o disposto no art.º 25º/1-d) do anexo I à Lei nº.75/2013, de 12 de setembro, bem como a majoração da percentagem atrás indicada, decisão que também é da competência do mesmo órgão.

Apreciada a proposta, submeteu-a o Sr Presidente a votação, nominalmente, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e nominalmente.

6. - Homologação do relatório final de análise das propostas apresentadas ao concurso público para aquisição de combustíveis rodoviários em postos de abastecimento público:

Na sequência da deliberação tomada na reunião realizada no dia 13 de Setembro do ano corrente, apreciou a Câmara o relatório final de análise das propostas apresentadas ao concurso público em referência, elaborado pelo respetivo júri, no qual, em face das decisões tomadas relativamente às propostas apresentadas, propõe a adjudicação do fornecimento de combustíveis rodoviários em postos de abastecimento público ao concorrente melhor classificado, a empresa Petróleos de Portugal SA, pelo preço de referência PETROGAL que vigorar no momento do abastecimento, com o desconto de 0,0528 €/litro, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

A Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente, homologar o referido relatório final de análise das propostas apresentadas, adjudicando o procedimento em causa ao concorrente Petróleos de Portugal SA, nas condições propostas pelo mesmo.

7. - Emissão de parecer prévio favorável para a celebração e renovação de contratos de prestação de serviços:

Considerando o disposto no n.º 1 do artigo 51.º, da Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para 2017, adiante designado por (LOE), que aponta para a obrigatoriedade de parecer prévio vinculativo para a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços na modalidade de tarefa e avença.

Considerando a obrigação prevista no número anterior, solicitou o Gabinete de Planeamento e Gestão de Contratos a emissão de parecer prévio para a celebração e renovação dos seguintes contratos de aquisição:

- De serviços de apoio à atividade física junto da população – Desporto Sénior e Boccia Sénior, a celebrar, por ajuste direto (regime geral), com André Pinto Caçoila, pelo valor de 12,00 €/hora, durante 10 horas semanais, o que perfaz o valor de 120,00 €/semana e 3.840,00 € no total do contrato a vigorar até final de junho de 2018.
- De serviços telefónicos e de Internet a renovar com a empresa MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia SA, pelo valor anual de 30.000,00 €, mantendo-se em vigor pelo prazo de um ano podendo ser renovado por igual período até ao limite de três anos.

- De serviços de manutenção e apoio à receção no Parque de Campismo de Castro Verde, a renovar com a empresa Contorno Alternativo Unipessoal Ld.ª. pelo valor mensal de 2.698,00 €, mantendo-se em vigor pelo prazo de 1 ano, podendo ser renovado por igual período até ao limite de três anos.

Apreciado o assunto, a Câmara, no uso da competência prevista no artigo 49º 5º e 12º da Lei nº.42/2016, de 28 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2017), deliberou, por unanimidade e nominalmente, emitir pareceres prévios favoráveis para a celebração e renovação dos contratos de aquisição de serviços em causa, nos termos acima descritos.

8.- Ratificação da emissão de licença especial de ruído:

Submeteu o Sr. Presidente a ratificação da Câmara o ato da decisão que tomou relativamente à licença especial de ruído que concedeu, nos termos do art.º 15º do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 9/2007, de 17 de Janeiro, a Aníbal José Nobre da Conceição, em representação da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Castro Verde, para a realização de festa de convívio, com animação musical, no âmbito da caminhada e almoço solidário, das 9 às 19 horas do dia 28 de Outubro findo.

A Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente ratificar a concessão das referidas licenças especiais de ruído.

DIVISÃO DE OBRAS, GESTÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL

1. - Deliberação final sobre processos de obras:

Apreciou a Câmara e, com base nas informações prestadas pelos serviços técnicos municipais, aprovou por unanimidade e nominalmente os seguintes projetos para efeitos de deliberação final sobre os respetivos processos de obras:

- Das especialidades, de António Francisco Lúcio, para construção de uma habitação na Rua dos Poejos, lote 16, em Castro Verde (Proc.º nº.22/2017).
- De arquitetura e especialidades de Sofia Alexandra Viegas Justino, para remodelação/alteração de edifício destinado a estabelecimento hoteleiro – casa de campo, sito na Rua de Castro Verde nº. 22, em Casével (Proc.º nº.31/2017).

2. - Auto de vistoria para efeitos de avaliação do nível de conservação de edifício, nos termos do disposto no art.º 1º do Decreto-Lei nº.266-B/2012, de 31 de dezembro:

Apreciou a Câmara o pedido de vistoria, requerido por Maria Inês Alegre Camacho Nobre da Conceição, para efeitos de determinação do nível de conservação do imóvel, sito na Rua Campo de Ourique nº. 53, em Castro Verde, antes da realização das obras de reabilitação.

Apreciou a Câmara, igualmente, o auto de vistoria efetuada ao referido imóvel, pelo Gabinete de Gestão Urbanística, nos termos do disposto no artigo 1º do Decreto-Lei nº.266-B/2012, de 31 de dezembro, para os efeitos previstos em matéria de reabilitação urbana e de conservação do edificado, como forma de determinar o nível de conservação do referido imóvel, e que confirma que o mesmo apresenta um índice de anomalias de 3,40, de acordo com a tabela constante no nº.3 do artigo 6º da Portaria nº. 1192-B/2006, conjugado com o artigo 5º do Decreto-Lei nº.266-B/2012, de 31 de

dezembro, o que corresponde a um nível de conservação=3, a que equivale a estado de conservação = médio.

A Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente, homologar o auto da vistoria efetuada para efeitos de avaliação do nível de conservação do prédio acima referido, localizado na ARU de Castro Verde, o que corresponde a um nível de conservação=3, a que equivale a estado de conservação = médio, do mesmo imóvel.

DIVISÃO DE ACÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

• Concessão e renovação de cartões sociais:

Com base na informação nº. 750 e documentação apresentada pelo Gabinete de Educação e Ação Social, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente o seguinte:

- Conceder cartões sociais a: Maria Rosa Candeias Simão, Fernando Manuel Ramos Martins e a Maria Manuela Isidro Damas, residentes em Castro Verde; Joaquina Augusta da Costa, residente no Monte do Beringelinho; Jacinto Severo Carrapiço, residente no Monte dos Geraldos; e a Leonor Oufrezinda Silva Rodrigues, residente em Casével, todos no escalão A; e a José Inácio Guerreiro, residente no Monte do Beringelinho, no escalão B.
- Renovar os cartões sociais de: Maria Matilde Valente Alves Silva e de Maria Manuela Machado Cabaço, residentes em Castro Verde; e de Maria Emília Ramires Duarte, residente em Santa Bárbara de Padrões, todos no escalão A.
- Indeferir os pedidos de cartão social de: Maria Gertrudes Cristina, residente no Monte do Beringelinho; Laurinda Conceição Colaço Arsénio, residente em Castro Verde; Francisca Silva Marques, residente em Entradas; Florinda Maria Calado, residente no Monte dos Geraldos; e de Carmelita Rosa Albertina, residente em São Marcos da Ataboeira, em virtude dos seus rendimentos per capita excederem o previsto no respetivo Regulamento Municipal.

PERIODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Interveio o único cidadão presente, o Sr. Filipe Manuel Patrício Mestre que começou por saudar o novo executivo municipal e desejar-lhe um bom trabalho a bem do nosso concelho.

Em seguida referiu-se à colocação do portão de acesso a ambulâncias no campo de futebol nº.2 do Estádio Municipal, alertando contudo para a necessária correção desse mesmo acesso ao próprio relvado.

Alertou o mesmo cidadão para uma atempada monitorização do uso dos chuveiros dos balneários de uso público, nomeadamente os do campo de futebol e das piscinas municipais, no sentido da feitura de uma desinfeção periódica face aos focos de legionella que têm surgido no país.

Questionou depois qual o ponto da situação sobre a idealizada colocação dos holofotes de iluminação, retirados do campo de futebol nº.1, para o campo de futebol nº.2, do Estádio Municipal.

Alertou por último o cidadão Filipe Mestre para a falta de abrigos dos alunos na recolha e entrega no serviço de transportes escolares.

Às questões colocadas, o Sr. Presidente da Câmara informou que o acesso de ambulâncias ao campo de futebol nº.2 está concluída com as correções que se tornaram necessárias.

Quanto à iluminação do campo de futebol nº. 2, informou que reconhecia a sua deficiência e que está a ser avaliada a situação.

Sobre a colocação dos abrigos informou que há que dar resposta mas tem que ser avaliada a situação, face aos diferentes e inúmeros lugares de paragem do autocarro.

Quanto ao alerta para a monitorização dos chuveiros dos balneários afirmou que percebia a pertinência da questão e tomou a devida nota.

APROVAÇÃO EM MINUTA

Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada por unanimidade pela Câmara para que produzam efeitos imediatos as respetivas deliberações.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 23 horas, da qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, nos termos do nº 2 do artigo 57º, do anexo I, à Lei nº. 75/2013, de 18 de Setembro.